

A . I. Nº - 232939.1029/04-3
AUTUADO - SUA MAJESTADE TRANSPORTES LOG. ARMAZENAGEM LTDA.
AUTUANTES - MARIA ROSALVA TELES e JOSÉ SÍLVIO DE OLIVEIRA PINTO
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 18.03.05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0058-03/05

EMENTA: DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Comprovado que uma parte das mercadorias estava acobertada por documento fiscal. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 19/10/04 para exigir ICMS no valor de R\$3.606,55, acrescido de multa de 100%, em decorrência da apreensão de diversas mercadorias transportadas e desacompanhadas de documentos fiscais. Na descrição dos fatos foi indicado que após a conferência da carga do veículo do autuado, foi constatado que não havia documento fiscal que acobertasse 216 unidades de Amplificadores Profissionais Power Falcon com diversas especificações.

O autuado, na defesa apresentada às fls. 19 a 27, diz que efetuou o pagamento do imposto exigido na autuação na mesma data da lavratura do Auto de Infração.

Transcreve o art. 18 do RPAF/99 e afirma que “o lançamento de ofício deve conter todos os elementos necessários para determinar tanto a infração como o infrator” e que no presente caso os autuantes cometeram erros grotescos que conduzem a sua nulidade, tais como:

- 1) Ter sido lavrado o Auto de Infração contra o transportador e não contra o contribuinte de fato que é JR Distribuidora de Som e Acessórios Ltda., que era o destinatário final das mercadorias constantes da Nota Fiscal nº 5009, emitida em 15/10/04 pela empresa Seiji Eletrônica Ltda;
- 2) Que para dirimir qualquer dúvida, diz que o destinatário das mercadorias, JR DISTRIBUIDORA DE SOM E ACESSÓRIOS LTDA., distribuidor dos produtos da Seiji Eletrônica Ltda., apresentou declaração conforme doc. 01 apensado às fls. 26 e 27, na qual afirmou que:
 - a) as mercadorias constantes do Auto de Infração estavam acompanhados da Nota Fiscal nº 5009 e que os produtos constantes da mesma reflete as características técnica de cada produto;
 - b) a “descrição dos produtos utilizadas pelos prepostos fiscais na Nota Fiscal Avulsa nº 635707, representam o termo genérico conhecido pelo mercado PROFISSIONAL POWER AMPLIFIER e são utilizados como apoio de marketing somente nas embalagens dos produtos;
 - c) os manuais de instalação indicam a potência dos mesmos que corresponde a especificada na nota fiscal;
 - d) emite nota fiscal de venda com o mesmo código utilizado pelo fabricante;
 - e) assumiu a responsabilidade pelo pagamento do Auto de Infração.

Questiona que se a infração apontada foi de “transportar mercadoria sem documentação fiscal”, então porque os autuantes anexaram ao PAF a fotocópia da Nota Fiscal nº 5009 que acompanhava as

mercadorias e não sabe se a mesma foi desconsiderada pelo fato de que não constava no manifesto de carga; por ter sido apresentada após a conferência da carga ou ainda, ter sido desconsiderada por entender que a descrição dos produtos não correspondia aos transportados no veículo.

Suscita que para cada uma das situações acima haveria uma infração e um infrator diferente, e o Auto de Infração carece de uma descrição objetiva para que possa se defender.

Esclarece que foi contratado para transportar os produtos objeto da autuação e que, por equívoco não relacionou no manifesto de carga os dados da Nota Fiscal nº 5009.

Diz que ao chegar ao Posto Fiscal de Vitória da Conquista, o motorista entregou ao preposto fiscal o manifesto de carga ao juntamente com todas as notas fiscais das mercadorias transportadas, inclusive a de nº 5009, tendo naquele momento sido informado “que a documentação estava irregular, pois uma das notas fiscais apresentadas não constava no manifesto de carga e que o caminhão seria aberto para vistoria das mercadorias”.

Relata que após a conferência da carga, os prepostos fiscais separaram as mercadorias relacionadas na Nota Fiscal nº 5009 e lavraram o Auto de Infração com a acusação de que as mercadorias estavam desacompanhadas de documentação fiscal sob o argumento de que a referida nota fiscal não constava no manifesto de carga da transportadora e também porque a descrição dos produtos não correspondia com a descrição das embalagens.

Diz que entrou em contato com o destinatário das mercadorias e com a recusa dos prepostos fiscais em liberar o veículo antes do pagamento do imposto exigido, foi efetuado o pagamento pelo destinatário em nome do autuado em 19/10/2004.

Assevera que, se rejeitado o pedido de nulidade da infração, discorre sobre os procedimentos da fiscalização e diz que a acusação de que transportava mercadorias sem documento fiscal está enquadrada nos art. 201, I combinado com o art. 39, I, “d” tudo do RICMS/97 (fl. 25), que trata da obrigação de emitir documento fiscal e da responsabilidade solidária dos transportadores de mercadorias sem documento fiscal.

Afirma que diante dos fatos expostos, as mercadorias estavam acompanhadas pela Nota Fiscal idônea de nº 5009, a qual foi entregue a fiscalização, ficando evidente a arbitrariedade cometida pelos autuantes e a improcedência da autuação.

Questiona que, se o motivo da autuação foi a entrega do documento após o início da verificação da carga, embora não represente a verdade dos fatos, a descrição da infração não corresponde ao seu enquadramento, e ainda, se as mercadorias encontradas estivessem em desacordo com o descrito no documento fiscal, no seu entendimento, deveria o fisco entrar em contato com o destinatário para esclarecer quaisquer dúvidas, o que foi feito posteriormente com a declaração ora apresentada à fl. 28.

Por fim, requer que se não acatada a decretação de nulidade da autuação, que seja a mesma julgada improcedente.

A informação fiscal (fls. 48 a 50) foi prestada com base no art. 127, § 2º do RPAF/99, pela Auditora Rossana Araripe Lindote. Inicialmente discorre sobre a autuação e afirma que “da leitura dos autos, depreende-se que assiste razão em parte à autuada”, tendo em vista que, a declaração anexada pelo fornecedor (fl. 31 e 32) com descrição de cada produto não corresponde ao nome fantasia, conforme declarado pelo destinatário (fl. 28 e 29). E ainda, que o nome de fantasia do produto não é usado na nota fiscal.

Afirma que após ter procedido a uma conferência minuciosa dos produtos apreendidos e da declaração do fornecedor (fls. 05, 10 e 31), constatou a regularidade na maioria dos itens, exceto:

a) 05 unidades de Mod Pot Falcon 120W;

- b) 20 unidades de Mod. Pot. Falcon 200 W Duplo Mono; e
c) 01 unidade excedente de Mod. Pot. Falcon 120 W mono.

Assegura que o transportador é o responsável solidário pelo pagamento do imposto e acréscimos legais e está correto o enquadramento legal indicado no Auto de Infração.

E por fim, diz que o tendo o autuado comprovado que parte das mercadorias apreendidas correspondem às descritas na nota fiscal anexa ao Auto de Infração, pede a procedência parcial do mesmo.

VOTO

O Auto de Infração trata de mercadorias apreendidas transitando sem documento fiscal. O Termo de Apreensão das mercadorias constante da fl. 05 indica que foram apreendidas 216 unidades de Amplificadores Profissionais Power Falcon com diversas especificações.

Na defesa apresentada o autuado acostou diversos documentos, declaração do fabricante e do fornecedor dos produtos, alegando que a descrição dos produtos na nota fiscal avulsa emitida pelo fisco representa o termo genérico conhecido pelo mercado PROFISSIONAL POWER AMPLIFIER e são utilizados como apoio de marketing somente nas embalagens dos produtos, enquanto que os manuais de instalação indicam a potência dos mesmos a qual não corresponde à especificada na nota fiscal.

A Auditora Fiscal que prestou a informação fiscal acatou parte das alegações defensivas e manteve a exigência do imposto relativo a:

- a) 05 un de Mod Pot Falcon 120W;
b) 20 unidades de Mod. Pot. Falcon 200 W Duplo Mono; e
c) 01 unidade excedente de Mod. Pot. Falcon 120 W mono.

Entretanto não especificou o nome de fantasia, os valores unitários, a base de cálculo e valor devido da autuação.

Pelo confronto das quantidades especificadas na Nota Fiscal nº 5009 (fl.10), no Termo de Apreensão de Mercadorias (fl. 05) e na declaração do fabricante (fl. 31), conforme resumo no quadro abaixo, verifico que:

Tabela da Fl. 31 Produto Mod. Pot. Falcon					
Descrição	Nome Fantasia	Valor Unit	Qt/Auto fl. 01	NF 5009 Fl. 10	Diferença
70 / 120 W	HS 960 S	52,94	50	50	
30 W	HS 200 CD	21,85	10	10	
120 W Mono	SW 240 S	33,40	20	20	
70 W	HS 320 S	30,67	51	50	1
140 W	HS 600 S	50,84	20	20	
120 W	HS 720 S	45,38	25	25	
200 W Dp Mono	SW 1600 F		20		20
120 W	HS 980 CD	61,34	5	5	
280 W	HS 800 S	52,94	5	5	
120 W Mono	SW 500 CD	53,57	5	5	
200 W Dp Mono	HS 1600 S	69,96		20	(20,00)
70 W CD	HS560 CD	48,32	5	5	
Total			216	215	1

- 1) Quanto às cinco unidades de 120 W que o autuante alega haver irregularidade, verifico que o Termo de Apreensão (fl. 01) indica 05 un SW500CD (120 W na tabela da fl. 31); 05 un HS980CD (120 W) e 25 un HS720S (120 W).

Por sua vez a Nota Fiscal nº 5009 indica 5 un de 120 WCD, 5 un de 120 W Mono e 25 un de 120 W. Logo, há coincidência nas quantidades e considero regulares estas mercadorias.

- 2) No que se refere à diferença de 20 un de amplificadores, verifico que no Auto de Infração foram indicadas 20 un com especificação HS600S e 20 un SW1600F e 20 un SW240S.

Constato que a única diferença no confronto com a nota fiscal e a relação do fabricante corresponde ao Mod Pot 200W com valor unitário de R\$69,96. Este produto na autuação foi indicado SW1600F e na relação do fabricante HS1600S. Embora haja coincidência em quantidade, indicador de potência de 200W e valor do produto, constata-se a diferença na letra final da numeração (“S” em vez de “F”) e nas letras que precedem o número de série (SW em vez de HS) indicando que se trata de modelos diferentes. Observo que não foi apresentado nenhum manual desse equipamento e o único manual apresentado SW1600T (fl. 43) refere-se a equipamento de 480 W e não de 200W.

Pelo exposto, considero que a mercadoria apreendida não corresponde à indicada na nota fiscal.

- 3) Com relação ao produto HS320S (70 W) foram indicadas na autuação 51 un. enquanto a Nota Fiscal nº 5009 aponta 50 un, resultando em diferença de uma unidade.

Portanto, tomo como base o demonstrativo elaborado pelo autuante à fl. 04 e considero devido o valor de R\$522,75, que corresponde à base de cálculo de R\$3.075,00 conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	Nome Fantasia	Valor Unit	Qt/Auto fl. 04	NF 5009 Fl. 10	Aliq.	Diferença
70 W	HS 320 S	75,00	1	75,00	17,00	12,75
200 W Dp Mono	SW 1600 F	150,00	20	3.000,00	17,00	510,00
Total				3.075,00		522,75

Assim sendo, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº **232939.1029/04-3**, lavrado contra **SUA MAJESTADE TRANSPORTES LOG. ARMAZENAGEM LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$522,75**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, alínea “a” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de março de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR